

A TRAJETÓRIA DO JECA: DE CAIPIRA À SUBVERSIVO

Emiliana Andréo da Silva

Introdução

O tema proposto para a realização da pesquisa deveu-se ao estágio realizado, ainda na graduação, junto ao PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado de São Paulo/Universidade de São Paulo coordenado pela Prof^a Dr^a Maria Luiza Tucci Carneiro. Como projeto de iniciação científica¹ desenvolvido junto ao projeto, ative-me ao estudo dos camponeses perseguidos pela polícia política paulista - o DEOPS. Esta descoberta do “camponês” enquanto personagem e agente político apresentou novas possibilidades de análise sobre o habitante da zona rural controlado pelo DEOPS. Retratado como subversivo e perigoso à segurança nacional este homem do campo incomodou aos homens do poder. Esta visão permitiu-me, no mestrado, desvendar um universo pouco trabalhado: o do camponês subversivo.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo apresentar a figura do homem do campo paulista na sociedade do início do século XX. O período escolhido para o meu estudo está compreendido entre 1930-1954, período de transformações significativas para os camponeses e a questão do campo.

A pesquisa dispõe de dois momentos para caracterizar o homem do campo. O primeiro trata-se da construção do estereótipo do trabalhador rural realizado pela sociedade do início do século XX. Utiliza-se para isso de uma documentação produzida pela imprensa, como a literatura de Monteiro Lobato e os almanaques do Biotônico Fontoura.

Num segundo momento, dispendo-se da documentação produzida pela polícia política paulista – DEOPS – passa-se a observar o homem do campo através da imagem

construída pela policia e também é possível verificar as diversas formas de reação do camponês, a sua situação miserável em que se encontra e sua forma de mobilização, através da documentação apreendida e anexada aos prontuários.

Assim, de posse dessas duas formas de documentação passo a analisar e observar os motivos que levaram o camponês a ser apresentado em um primeiro momento como preguiçoso, desinteressado e avesso ao trabalho, características bem retratadas na obra *Urupês*² de Monteiro Lobato, e a seguir como um indivíduo perigoso à Segurança Nacional e munido de elementos capazes de fazê-lo organizar-se e reivindicar seus direitos.

Jeca Tatu

No início do século XX, Monteiro Lobato com seu personagem Jeca Tatu, em um primeiro momento apresentou o caipira como bode expiatório adequado para explicar o agravamento da crise dos fazendeiros de café após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Denunciando o atraso de nossos campos, o escritor atribuía ao habitante da zona rural a culpa pela precária situação encontrada no interior do país. Neste momento, Lobato estava à frente da administração da propriedade que fora de seu avô localizada no município de Taubaté (SP). Tinha os olhos voltados para os negócios e sob este prisma, o camponês se apresentava como sinônimo de prejuízo, atraso, enfim, era o que Lobato chamava de “piolho da terra”. Era descrito como o homem que provocava queimadas descontroladas que, além de consumirem a propriedade “alheia” também eliminavam o material orgânico rico para uma colheita farta. Enquanto herança do indígena, era a forma mais fácil e rápida de preparar o terreno para o próximo roçado, eficiente para aqueles que desconheciam as novas técnicas agrícolas trazidas pela “civilização”. Ainda que culto, Monteiro Lobato não se conformava com o atraso do caipira, com suas técnicas

rudimentares. A denúncia relativa aos estragos realizados pelos caboclos no interior paulista, teve início em 1914 com o artigo *Velha Praga*³, publicado no *O Estado de São Paulo*, onde Monteiro Lobato indignado com a devastação que as queimadas descontroladas causavam no sertão e em suas terras.

Neste artigo o caboclo ainda não é o Jeca Tatu, mas seu estereotipo já encontra presente, trata-se de um ser baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, vivendo à sombra desta. Na medida que o progresso vem invadindo o interior com a via férrea, o imigrante, o arado e a valorização das terras, o caboclo vai fugindo em silêncio apenas carregando consigo o cachorro, a pica pau (sua arma) e o isqueiro. Ainda segundo Lobato, o caboclo não se liga à terra como o imigrante europeu, ele apenas se agrega esgotando a terra para depois procurar outro local para repetir sua devastação.

Mas logo Lobato toma consciência de que o Jeca não tem culpa de sua situação. Após este primeiro artigo sobre as queimadas do “piolho da terra”, Lobato, em outro artigo do mesmo ano, 1914, publicado também no *O Estado de S. Paulo* e intitulado *Urupês* narra as “origens” do Jeca Tatu. Em um primeiro momento, o personagem não provocou emoções, ainda que vindo na contramão das idéias nacionalistas. Somente em 1918 é que os intelectuais olharam de forma crítica para a criação de Lobato⁴.

Alertado pela crítica, Monteiro Lobato assumiu que a culpa não era do Jeca Tatu, mera vítima de políticas públicas ineficazes. Em sintonia com o discurso veiculado pelo PCB, denunciou o descaso do governo e a exploração dos fazendeiros que, movidos pela ganância, procuravam apenas aumentar seus lucros. Ciente da realidade do campo, Lobato apressou-se em retratar-se perante o Jeca, na segunda edição de *Urupês*, fez mea culpa por ter tratado o caboclo com olhos de patrão. Para ele o Jeca Tatu não era assim. Estava assim⁵.

Em 1920, Monteiro Lobato empresta seu personagem Jeca Tatu para o Dr. Candido Fontoura⁶, proprietário do Instituto Medicamenta, organizar e publicar o *Almanaque do*

Biotônico que era voltado para os habitantes do interior. O Almanaque trazia o calendário lunar, horóscopo e sugestões para o plantio e curiosidades sobre a colheita como, por exemplo, a maior abóbora do mundo⁷. Promovia concursos de enigmas como aquele de 1934 que ofereceu como prêmio “interessante Livreto de Monteiro Lobato” (Jeca Tatuzinho).

Após o sucesso que foi o Almanaque do Biotônico, Lobato voltou a emprestar sua criatura, - o Jeca Tatu - para outro impresso do Instituto Medicamenta. Este impresso, denominado *Jeca Tatuzinho*⁸, foi publicado em 1924 e em 1954. O Jeca Tatu surge, nesse impresso, inicialmente com todos os seus estereótipos (preguiçoso, indolente) e em um segundo momento do impresso transforma-se em um “novo homem” ao ser “curado” pela fórmula do Dr. Fontoura, tornando-se assim um homem higienizado.

Em 1947 Lobato publicou o livreto *Zé Brasil*⁹, impresso “subversivo” apreendido e anexado ao seu prontuário no DEOPS. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro na obra *Livros Proibidos, Idéias Malditas*¹⁰ esta publicação da Editora Vitória fora classificada pelo DEOPS como perigoso à segurança nacional. Nesta literatura o camponês não precisava mais da fórmula milagrosa do Dr. Fontoura. Politizado, o “Jeca” havia encontrado a solução para os seus problemas na união com Luiz Carlos Prestes. A questão do campo, segundo Monteiro Lobato, evoluíra. O caboclo não é mais o culpado pelo atraso e a miséria no campo, e sim uma vítima do descaso das autoridades e da opressão dos patrões. Jeca Tatuzinho encontrou a cura para os seus males no Biotônico do Dr. Fontoura, mas sem solucionar os reais “problemas” do Brasil. *Zé Brasil*, por sua vez, uniu-se ao comunismo que poderia lutar pelos seus direitos.

São estes estereótipos (preguiçoso, desinteressado pelo trabalho, indolente) que irão permear a história da intolerância contra os camponeses brasileiros; construção dedicada a perpetuar as precárias condições no campo com o objetivo, muitas vezes, de garantir dividendos e poder para os proprietários da terra. Ao negarmos direitos e dignidade ao

homem do campo, deixamos de compartilhar saberes e costumes que podem enriquecer ambos os lados.

O Camponês subversivo

A documentação da polícia política paulista – DEOPS encontra-se depositado junto ao Arquivo do Estado de São Paulo. Inicia-se em 1924 estendendo-se até 1983. Divide-se em quatro categorias: Prontuários, Dossiês, Ordem Política e Ordem Social. Para o meu estudo atendo-me a análise dos prontuários que são compostos em sua totalidade em cerca de 150.000. Destes concentro-me na análise dos lavradores, de suas associações, do Partido Comunista e de alguns prontuariados que possuíam suas atividades políticas ligadas ao campo. Nesta documentação encontramos relatórios policiais, termos de declarações produzidos pela polícia política e jornais, panfletos, boletins apreendidos pela mesma instituição e anexados aos prontuários.

Os panfletos apreendidos e encontrados junto aos prontuários de camponeses fichados pelo DEOPS de São Paulo denunciam as mazelas pelo que passavam estes trabalhadores, carentes de assistência médica, educação e implementos agrícolas para transformarem a terra em riqueza. A distribuição desses impressos era realizada na clandestinidade durante reuniões organizadas para mobilizar a população do campo. Como exemplo citamos um grupo de camponeses detidos em 1936 na Fazenda Terra Roxa, município de Marília (SP). O objetivo era de fazer propaganda política através da distribuição de boletins¹¹. Outra estratégia de organização das massas camponesas se fazia pela formação de associações, sindicatos e ligas, mecanismos que mediavam as aspirações camponesas à efetivação de suas lutas. Tais organizações - que funcionavam como uma espécie de suporte ao homem do campo - procuravam conscientizá-lo da necessidade de lutarem por seus direitos. A questão das férias, por exemplo, foi tratada

pela Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto na década de 1940, advertia os trabalhadores do campo para a renovação dos seus contratos de trabalho. Deveriam procurar a associação a fim de receberem instruções de como procederem para garantir o direito às férias¹².

Uma amostra do poder e do caráter repressor dos fazendeiros é verificada no panfleto “*O que precisa é compreender*”¹³ lançado de avião em 2 de novembro de 1947 sobre a cidade de Taquaritinga (SP). O teor deste panfleto é racista e preconceituoso. Ele adverte os intelectuais e afortunados sobre o perigo das classes média e baixa reivindicarem seus direitos políticos. Para o autor deste documento os trabalhadores são “grosseiros e ignorantes” e ocupam um lugar insignificante na sociedade, o que não corresponde pois são os trabalhadores rurais que enriquecem a nação dando seu sangue nas diversas plantações do Estado e principalmente nos cafezais. O autor dá ênfase ao fato de que todos possam candidatar-se a um cargo político, considerando que o lugar do trabalhador é na enxada, ou seja, “cada qual no seu lugar”. Ele vai mais longe impregnando o panfleto de preconceito racial. Segundo o autor: “*Em muitos municípios, chegam até ao absurdo de colocarem negros como candidatos a vereadores. Lugar de negro é debaixo do chicote do feitor, o que infelizmente não acontece porque a escravidão já acabou.*” Esta é a idéia da elite rural das décadas de 1930-1950. A sociedade deveria ser estratificada e sem nenhuma mobilidade social, destacando as classes sociais pelos graus de cultura, tradição e fortuna, elementos que simbolizavam o poder.

Os jornais apreendidos eram publicações dedicadas ao trabalhador rural. Anexados aos prontuários de lavradores e suas associações encontramos alguns jornais como O *Guatambu*¹⁴, publicação específica para o homem do campo produzida em Cosmorama (SP), em 1946, onde podemos encontrar versos elaborados por Zé Peão sobre a condição camponesa, destacando a doença e a fome como causas da indolência e o desapego ao trabalho. Outro jornal apreendido é o *Nossa Terra*¹⁵, de 1949, que traz em

suas páginas artigos denunciando as condições miseráveis do homem do campo, modas de viola, receitas da culinária caipira, além de retratar o camponês através da iconografia, com elementos que estão presentes no imaginário coletivo sobre eles mesmos, ou seja, o chapéu de palha, as roupas surradas, o cigarro de palha e os pés sem calçado.

Os panfletos também foram formas de propaganda dos camponeses. No panfleto “*Contra o vale e o barracão*”¹⁶, publicação de caráter comunista que fora apreendido durante uma reunião em 10 de outubro de 1946 na Associação Agropecuária de São José do Rio Preto, são apresentadas a precária condição do homem do campo que é obrigado a utilizar-se do barracão da fazenda para fazer suas compras, um tipo de mercearia controlada pelo proprietário das terras, e como moeda de troca no interior da propriedade era imposto a circulação do vale que era descontado no salário mensal do trabalhador. Como resultado as mercadorias eram de qualidade inferior e preço superior aos oferecidos nas cidades próximas fazendo com que o trabalhador rural se endividasse e ao receber seus salários sempre ficava devendo ao grande proprietário acarretando sua proibição de deixar a fazenda e seu emprego. O documento chama a atenção para o árduo trabalho do camponês e da piora constante da sua vida, além da fome e das doenças que ameaçavam a ele e a sua família. Como solução aponta a união dos trabalhadores rurais em torno das ligas camponesas a fim de lutar contra a miséria, a exploração e as brutalidades policiais, perseguições e injustiças.

Considerações Finais

Verificamos através da documentação do DEOPS o quão ciente de seu papel na sociedade brasileira e paulista encontra-se o camponês, observamos também seu dinamismo na procura de melhores condições de vida, por oportunidades melhores de

trabalho, com condições salubres no exercício de sua importante atividade para a vida econômica da nação.

As apreensões efetuadas pelo DEOPS e anexadas posteriormente aos inúmeros prontuários de lavradores, heróis anônimos de nossa história, que buscaram libertar-se das amarras do autoritarismo de Vargas e denunciar e reivindicar suas questões, puderam tornar público as ações e lutas empreendidas no transcorrer das décadas de 1930-1950, período obscuro da história das lutas no campo, e contribuir para a desconstrução do estereótipo do camponês indolente, preguiçoso, não afeito ao trabalho e dar um novo sentido ao personagem Jeca Tatu. O Jeca estaria agora mais próximo do Zé Brasil do que do “piolho da terra”.

Notas

¹ Em consequência dos estudos de minha iniciação científica resultou-se o inventário: Emiliana Andréo da Silva, *O Despertar do Campo. Lutas Camponesas no Interior do Estado de São Paulo*, Série Inventário DEOPS, Módulo: Geopolítica do Controle. São Paulo, Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003.

² Monteiro Lobato. *Urupês*. São Paulo, Brasiliense, 1976

³ Monteiro Lobato, *Urupês*. São Paulo, Revista do Brasil, 1919, p. 245

⁴ Edgard Cavalheiro. *Monteiro Lobato – Vida e Obra*, São Paulo, Gráfica Urupês, 1962, p. 142

⁵ Carmen Lucia Azevedo; Márcia Camargos; Vladimir Sacchetta. *Monteiro Lobato Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1997, p. 115

⁶ Cândido Fontoura, nascido em 1885 em Bragança Paulista (SP), farmacêutico licenciado pelo Serviço Sanitário de São Paulo em 1910. Em 1915 vem para São Paulo trazendo consigo a fórmula do Biotônico. In: Margareth Brandini Park. *Histórias e leituras de Almanques no Brasil*. São Paulo, Mercado das Letras/FAPESP, 1999, pp. 105-106.

⁷ Almanaque do Biotônico do Instituto Medicamenta, 1934. AEL/Unicamp, Campinas (SP)

⁸ Jeca Tatuinho de Monteiro Lobato, 1947. IEB/USP

⁹ Livreto Zé Brasil de Monteiro Lobato. Rio de Janeiro, Editora Vitória, 1947. *Pront 6575, Jose Bento Monteiro Lobato*. DEOPS/SP, DAESP

¹⁰ Maria Luiza Tucci Carneiro. *Livros Proibidos, Idéias Malditas*. São Paulo, Ateliê Editorial/PROIN /FAPESP, 2002, p. 143

¹¹ Relatório de Mario de Araújo Coriolano, Delegado de Polícia de Marília para a Superintendência de Ordem Política e Social. Marília, 16/08/1936, fl. 4. *Pront nº 4190, Joaquim Costa Hernandez*, DEOPS/SP, DAESP.

¹² Panfleto “Aviso aos Trabalhadores da Roça” da Associação dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Preto, 1946. *Pront. nº 6585, Associação Agropecuária de São José do Rio Preto*, DEOPS/SP, DAESP

¹³ Panfleto O que precisa é compreender, 1947. *Pront. 13544, Delegacia de Polícia de Taquaritinga*. DEOPS/SP – DAESP

¹⁴ *O Guatambú*, Cosmorama, 13/10/1946. *Pront. nº 6585, Associação Agropecuária de São José do Rio Preto*, DEOPS/SP, DAESP

¹⁵ Nossa Terra. São Paulo, 09/07/1949. *Pront. nº 547, Delegacia Regional de Polícia de Barretos, Volume II*, DEOPS/SP, DAESP

¹⁶ Panfleto “Contra o Vale e o Barracão”. *Pront. nº 6585, Associação Agropecuária de São José do Rio Preto*. DEOPS/SP, DAESP